



# QUILOMBO DELAS

CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER  
EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM MURIAÉ - MG

**UNIFAMINAS – CENTRO UNIVERSITÁRIO**

**FRANCISLAINE GRAVELI DE ASSIS**

**QUILOMBO DELAS:**

**ARQUITETURA DE UM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À  
MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM MURIAÉ - MG**

**FRANCISLAINE GRAVELI DE ASSIS**

**QUILOMBO DELAS:  
ARQUITETURA DE UM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À  
MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM MURIAÉ - MG**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido a banca examinadora constituída de acordo com as normas estabelecidas pelo colegiado do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário UNIFAMINAS, como requisito parcial para obtenção do título de arquiteto e urbanista.

Orientador: Ms. Natália Maria Garcia de Oliveira

Muriaé  
2019

## FOLHA DE APROVAÇÃO

ASSIS, Francislaine Graveli de. **Quilombo Delas**: Arquitetura de um Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência em Muriaé - MG. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial à conclusão do curso Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Unifaminas, realizado no 1º semestre de 2019.

### BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Ms. Natália Maria Garcia de Oliveira  
Orientadora

---

Prof. Maíta Andrade Machado  
Arquiteta Urbanista – Unifaminas

---

Ms. Flávia de Mello Neves  
Arquiteta Urbanista

Examinado(a) em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Dedico este trabalho à minha mãe e todas  
outras mulheres que desejam e buscam o  
fim da violência.

## AGRADECIMENTOS

Para iniciar este agradecimento, faço uso de uma frase da atriz e produtora norte-americana Viola Davis, dita em seu discurso como premiada do *Primetime Emmy Awards* de 2015: "A única coisa que separa as mulheres negras de qualquer outra pessoa é oportunidade". É justo expor que chegar até aqui não é apenas sobre o mérito do meu esforço, mas também envolve uma série de privilégios que possuo e me impulsionaram para alcançar esse lugar.

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por seu impressionante, infinito e ousado amor.

A minha orientadora Natália Oliveira pelo envolvimento e por todas as palavras de incentivo; a coordenadora Regina Coeli Varella e todos os outros professores que colaboraram para esse momento; aos colegas de turma, em especial Hélen Braga, Gabriela Lucas, Gabriela Scarp e Aleksandra Matias por cada troca de ideias e noites não dormidas; as arquitetas Flávia Neves e Mariah Menezes, que me encorajaram e muito me ensinaram durante o tempo de estágio; a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (4ª DRPC/ Muriaé) e a Casa da Mulher Centro de Referência (JF) pela disponibilidade e apoio à pesquisa.

Também agradeço aos meus pais Francisco e Schirliana, que são o fundamento do que não me deixa desistir; ao meu irmão Junior, que sempre esteve presente e até quando precisei de algumas horas da noite pra estudar ele apareceu pra me fazer sorrir; ao meu tio Graveli, que sempre me apoiou para ser uma estudante; ao meu grande amigo Eliabe Almeida, em quem eu posso confiar e a minha companheira Amanda Nery, que sempre me lembra que tudo vai dar certo.

Sigo confiante, pois sei que esse é mais um passo de uma longa jornada, na qual pretendo crescer, evoluir e me superar, para que eu sempre esteja crescendo.

## RESUMO

ASSIS, Francislaine Graveli. **Quilombo Delas**: Arquitetura de um Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência em Muriaé - MG. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Centro Universitário Unifaminas, Muriaé, 2019.

O propósito desta monografia é articular sobre a relevância de um espaço que atenda mulheres em situação de violência na cidade de Muriaé-MG, objeto este que é previsto na Lei Maria da Penha (Lei 11.340, 2006), visando agregar critérios e criar concepções para subsidiar o projeto arquitetônico. Este estudo acontece a partir de uma revisão bibliográfica sobre a mulher em situação de violência no Brasil, considerando as mudanças ao longo do tempo e o espaço que o tema tem ganhado; a coleta de dados gerais e específicos no município de Muriaé, além de quatro estudos de caso, que possuem diferentes níveis de envolvimento com a estrutura que será proposta e tem intuito de ampliar a percepção das necessidades de um Centro de Referência de Atendimento à Mulher enquanto ambiente projetado. Além do tema violência contra a mulher, é exposto sobre questões de uso das condicionantes naturais e a humanização do espaço físico, o que implica diretamente sobre a estruturação de uma concepção arquitetônica que considera o conforto ambiental como diretriz projetual.

Palavras-chave: Arquitetura Social, Centro de Referência, Conforto Ambiental, Humanização na Arquitetura, Violência contra a Mulher.

## ABSTRACT

ASSIS, Francislaine Graveli. **Quilombo Delas**: Designing a Reference Center for Women in Violent Situations at Muriaé-MG-Brazil. 34 f. Bachelor's Thesis (Architecture and Urbanism Undergraduate). Centro Universitário Unifaminas, Muriaé, 2019.

This study's purpose is to present the relevance of a place for attending women in violent situations at Muriaé-MG-Brazil; such a place is established by Maria da Penha Law (Brazil's Federal Law number 11.340, 2006), in order to obtain some criteria and help to build the fundamentals for its architectural design. This study is based on: literature review on women in violent situation in Brazil, considering the topic's evolution over time and current visibility; general and specific data collection from Muriaé; and four case studies, which presented different implication levels with the resulting design, and that helped to build the apprehension of the necessities in designing a Reference Center. In addition to the topic of violence against women, this study addresses the use of environmental and human factors in the design process, directly implying that environmental comfort has been considered as a major guideline for the design concept.

Keywords: Social Architecture, Reference Center, Environmental Comfort, Human Factor, Violence against Women.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Gráfico da Relação de Inquéritos Policiais e Medidas Protetivas de Urgência.....	20
Figura 2 - Gráfico de Temperatura de Muriaé. ....	22
Figura 3 - Taxas de homicídio por 100 mil mulheres (SIM/MS).....	24
Figura 4 - Tipologias de quilombos - Sul de Moçambique e sudeste da Angola, respectivamente. ....	24
Figura 5 - Tipologias arquitetônicas angolanas .....	25
Figura 6 - Fachada frontal Casa da Mulher - CRAM, Juiz de Fora.....	27
Figura 7 - Croqui de setorização e levantamento fotográfico - CRAM, Juiz de Fora. ....	28
Figura 8 - Uso de divisórias no Departamento Jurídico - CRAM, Juiz de Fora. ....	29
Figura 9 - Uso de divisórias no Departamento Jurídico - CRAM, Juiz de Fora. ....	30
Figura 10 - Fachada Frontal - Centro Médico Pedagógico Osonament .....	31
Figura 11 - Setorização- Centro Médico Pedagógico Osonament .....	31
Figura 12 - Condicionante naturais - Centro Médico Pedagógico Osonament.....	32
Figura 13 - Fachada Frontal e vista da integração com a vegetação nativa - Casa-Estúdio Sabinos .....	33
Figura 14 - Pátio inundado e paredes de terra batida - Casa-Estúdio Sabinos.....	34
Figura 15 - Espelho d'água e sheds da cobertura- Centro Internacional SARA de Neuroreabilitação e Neurociências .....	35
Figura 16 - Exterior e interior do edifício com ênfase na cobertura, que garante iluminação e ventilação naturais - Centro Internacional SARA.....	36
Figura 17 - Fluxograma de atendimento. ....	40
Figura 18 - Macro e microlocalização.....	41
Figura 19 - Levantamento fotográfico do terreno. ....	41
Figura 20 - Condicionantes Naturais. ....	42
Figura 21 - Mapas de entorno do terreno.....	43
Figura 22 - Estudo gráfico da legislação vigente.....	44

## LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CRAM	Centro de Referência de Atendimento à Mulher
ONU	Organização das Nações Unidas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	11
1.1	JUSTIFICATIVA	12
1.2	ELABORAÇÃO DOS OBJETIVOS	13
1.3	DEFINIÇÃO DA METODOLOGIA	13
<b>2</b>	<b>REVISÃO DA LITERATURA</b>	15
2.1	A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	15
2.2	REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	16
2.3	VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO BRASIL	17
2.3.1	VIOLÊNCIA CONTRA MULHER EM MURIAÉ - MG	20
2.4	CONFORTO AMBIENTAL PARA A CIDADE DE MURIAÉ	21
2.5	O QUILOMBO E A HUMANIZAÇÃO NA ARQUITETURA	23
<b>3</b>	<b>PROJETOS REFERENCIAIS</b>	27
3.1	CASA DA MULHER – CENTRO DE REFERÊNCIA	27
3.2	CENTRO MÉDICO PEDAGÓGICO <i>OSONAMENT</i>	31
3.3	CASA-ESTÚDIO SABINOS	33
3.4	CENTRO INTERNACIONAL SARAH DE NEURORREABILITAÇÃO E NEUROCIÊNCIAS	34
<b>4</b>	<b>DIAGNÓSTICO DO LOCAL</b>	38
4.1	PERFIL DO CLIENTE	38
4.2	PROGRAMA DE NECESSIDADES	38
4.3	LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO	40
4.3.1	ENTORNO DO TERRENO	42
4.4	LEGISLAÇÃO	43
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	45
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS</b>	46

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem intuito de desenvolver o tema dos espaços de atendimento e acolhimento das vítimas de violência contra a mulher e propor um Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), que oferece, segundo a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres<sup>1</sup>, atendimento específico e especializado em acolhimento/ atendimento psicológico e social, orientação e encaminhamento jurídico. O Centro de Referência visa ter como público alvo mulheres do município de Muriaé que estejam em alguma situação de violência, seja ela qual for.

Segundo Michaelis (2019), instituição é uma “organização pública ou privada, regida por estatutos ou leis, cujo objetivo é satisfazer as necessidades de uma sociedade ou de uma comunidade de projeção mundial”. A implantação de uma instituição destinada ao atendimento especializado visa de que seu público alvo seja atendido de forma democrática e eficiente e, ainda, que os servidores possuam condições favoráveis para oferecer tal acolhimento.

A criação de instituições públicas com relevância social no Brasil foi motivada por uma série de conferências e convenções, que aconteceram internacionalmente ao final do século XX como resposta de diversos movimentos sociais para reivindicação dos direitos civis, políticos e econômicos organizados popularmente (REPÓRTER UNESP, 2014). Nesse contexto foi realizada, em 1994 a Convenção de Belém do Pará, como ficou conhecida a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra Mulher. Esta convenção consolidou a necessidade dos serviços especializados de atendimento à mulher. Posteriormente a Lei Maria da Penha (Lei 11.340, 2006, p. 29) apontou sobre criar e promover os centros públicos de atendimento integral e multidisciplinar, a partir de uma colaboração entre a União,

---

<sup>1</sup> Diz respeito à atuação articulada entre as instituições/ serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, tendo em vista o desenvolvimento de estratégias efetivas para o empoderamento e a construção da autonomia da mulher, seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência.

o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, para que os espaços propostos se mantenham em funcionamento.

A violência contra a mulher é um crime estrutural. A proposta de implantar um Centro de Referência trata de criar um espaço que foge deste senso comum, onde as mulheres encontrem apoio e orientação para que, dentre outros assuntos, a sensação de culpa seja trabalhada e a mulher possa se reconhecer como vítima para quebrar o ciclo de violência.

### 1.1 JUSTIFICATIVA

Para desenvolver a justificativa que baseia este trabalho, é necessário dizer inicialmente sobre sua relevância científica, visto que se trata de uma questão de âmbito social escolhido como tema de conclusão de um curso inserido nas Ciências Sociais Aplicadas. Dessa forma o intuito principal é estabelecer uma abordagem teórica e técnica sobre a implantação de um espaço de atendimento especializado, multidisciplinar e humanizado em Muriaé, Minas Gerais, motivado pelo crescente número de denúncias de violência registradas.

O Brasil é o 5ª país com maior taxa de homicídios de mulheres, num grupo de 83 países, segundo o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2015). Essa posição diz claramente sobre a necessidade de trabalhar o tema da violência contra a mulher. Necessidade esta que motivou a escolha do tema, considerando ainda que no município de Muriaé o atendimento especializado para mulheres em situação de violência não é uma realidade até o momento, todas as vítimas de violência são direcionadas à Delegacia da Mulher, contudo é preciso um acompanhamento psicológico e social, que não é previsto neste equipamento, mas deve ser trabalhado na Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. O contato com o Departamento de Assistência Social e com a Delegacia da Mulher foi de muita valia para estruturar a proposta deste trabalho, visto que estes são os serviços mais próximos do público alvo em potencial, no município.

O plano de Ação Agenda 2030 desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU) indica 17 Objetivos para Transformar nosso Mundo, dentre os quais está o objetivo 5 que “busca eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos”(ONU, 2016). A implantação do CRAM cria condições para

que mulheres em situação de violência possam adquirir controle sobre o próprio desenvolvimento.

A rede de atendimento às mulheres em situação de violência diz sobre o atendimento humanizado como parte importante do CRAM (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011). Contudo, a humanização vai além do atendimento, ela aproxima o ambiente físico dos valores humanos, tratando o usuário como foco principal do projeto (VASCONCELOS, 2004).

Os Centros de Referência são propostos a partir de uma colaboração que envolva a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios. Dessa forma a viabilidade do projeto tem base nisto, uma articulação dos poderes e a necessidade evidente de um município em ascensão oferecer serviços especializados de atendimento à mulher.

## 1.2 ELABORAÇÃO DOS OBJETIVOS

Como objetivo geral, o trabalho busca reconhecer quais são os requisitos arquitetônicos pertinentes ao projeto de um Centro de Referência de Atendimento à Mulher, mais especificamente, no que diz respeito à realidade da cidade de Muriaé, com o intuito de que o espaço físico ofereça suporte para uma relação benéfica entre as usuárias e os servidores.

A fim de alcançar o objetivo geral apontado, foram desenvolvidos os seguintes objetivos específicos:

- Estabelecer a relação do município de Muriaé com as mulheres em situação de violência e propor o projeto de um espaço para atender e acompanhar essas vítimas, pós denúncia ou durante o processo de denúncia.
- Determinar critérios de humanização para o projeto de um CRAM com finalidade de trabalhar o conforto ambiental no edifício;
- Propor espaços de convivência com intuito de fomentar a relação de fortalecimento e sororidade entre as usuárias, com momentos de abordagem cultural e criativa;
- Analisar projetos que possam contribuir para o entendimento do objeto arquitetônico em questão e da humanização que se pretende alcançar

## 1.3 DEFINIÇÃO DA METODOLOGIA

Metodologicamente, a pesquisa se desenvolveu em quatro partes, primeiramente foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a mulher em situação de violência no Brasil. Em seguida, foram coletados dados gerais e no município de Muriaé com intuito de propor uma intervenção estruturada. Ainda foram feitos quatro estudos de caso para ampliar a percepção das necessidades do objeto sugerido. Ademais uma análise urbana possibilitou escolher e entender sobre o terreno que será utilizado para implantação do objeto arquitetônico.

Para compreensão do tema mulher na pasta dos direitos humanos foram realizadas pesquisas e análises de informações, embasadas em publicações do Governo Federal sobre as Políticas Públicas para mulher e os instrumentos existentes para garantia de seus direitos, e à posteriori sobre o funcionamento de um Centro Especializado de Atendimento à Mulher com intuito de estruturá-lo de acordo com a necessidade local encontrada. Para analisar a realidade local da mulher em situação de violência em Muriaé, foram levantados dados junto à Delegacia da Mulher da cidade, dados estes que possibilitaram compreender a realidade muriaeense perante o tema.

Ainda foram desenvolvidos estudos de casos, um deles a partir de uma visita ao local, a fim de analisar projetos arquitetônicos com olhar crítico, o que possibilitou a soma de valores através do referencial funcional, tipológico, plástico-formal e tecnológico. Todos os dados alcançados compõem o embasamento teórico para a concepção do pré-projeto arquitetônico que será realizado a posteriori. Como complemento foi desenvolvida uma análise para escolha do local de intervenção e estudo deste terreno, com intenção de explorar as possibilidades que ele oferece dentro do contexto urbano em que se encontra.

A fase de elaboração do projeto ocorrerá de modo dedutivo. Momento em que as informações obtidas serão interpretadas e reformuladas como conceito e necessidades sistematizadas para que as soluções do projeto possam ser objetivas.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A violência é presente desde as primícias da vida humana, momento em que os atos violentos de coleta e caça contra a hostilidade da natureza possibilitaram a sobrevivência do homem. Já a violência social é fundamentada na tradição greco-romana, a partir de um sistema de diferenciação de classe social de acordo com a origem de cada indivíduo. O que era defendido em leis asseguradoras de tais privilégios. Manter a desigualdade social foi a maneira mais eficaz de dar continuidade à supremacia de classes que as civilizações adotaram. A prática desta violência levou ao seu aprimoramento em técnicas de eliminação e subordinação do outro (SANTOS, 2014).

A violência contra a mulher é um tema de estudo relativamente recente, mesmo que impregnado na sociedade através da violência de gênero, nas mais diversas camadas do corpo social. Se trata de uma violência estrutural, que, segundo o norueguês Galtung (1969), é algo embutido na estrutura dos agrupamentos de pessoas, que aparece como desigualdade de poder e conseqüentemente como chances desiguais de vida (CONTI, 2016).

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra Mulher, foi adotada em 9 de junho de 1994. Esta ratifica a violência de gênero como uma questão de Estado, visto que o problema afeta mulheres de todas as classes sociais, regiões e etnias brasileiras.

Entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada. (CONVENÇÃO BELÉM DO PARÁ, 1994, p.2)

A dada definição de violência contra a mulher se tornou base para todos os instrumentos desenvolvidos desde então. Bem como os tipos de violência que foram determinados, sendo violência física, sexual ou psicológica: a) perpetrada no âmbito do ambiente doméstico e familiar; b) ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa; e c) perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.

## 2.2 REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Para salientar a evolução do sistema de atendimento especializado é necessário considerar que, antes da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) existir, a infraestrutura social de atendimento das mulheres era limitada às Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMS) e às casas-abrigo (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011).

A partir de 2003 foi criada a SPM e recursos para criação de serviços e para implementação de políticas públicas foram instaurados. Com isso começou a estruturação da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, que busca solucionar a violência em sua complexibilidade e caráter multidimensional mediante a atuação articulada entre os serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, para o desenvolvimento de estratégias efetivas (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011).

Em 2007 foi lançado o Pacto Nacional Pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, que entre as diversas resoluções que avançou, foi suporte para ampliação da atuação governamental para além do apoio a serviços emergenciais e campanhas isoladas. Sua atuação contempla a capacitação de agentes públicos, criação de normas e padrões de atendimento, aperfeiçoamento da legislação, incentivo à construção de redes de serviços, apoio de projetos educativos e culturais de prevenção à violência e a ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de Segurança Pública (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2010).

A Rede de Atendimento é parte do eixo “assistência” previsto para Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. É o conjunto de ações e serviços que pretendem a ampliação e melhoria do atendimento, para que o mesmo se torne mais adequado e humanizado. A evolução dessa rede depende diretamente de um esforço conjugado entre órgãos federais, estaduais e municipais, não somente dos recursos da SPM (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011).

Em janeiro de 2019 foi criado o Decreto nº 9.673, que aprovou a transferência da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres para a estrutura organizacional do Ministério dos Direitos Humanos, que atualmente é responsável por gerir e

acompanhar todos os programas elaborados em 15 anos de combate a todas as formas de preconceito e discriminação (BRASIL, 2019).

Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) são serviços da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Este serviço busca romper com a situação de violência e colaborar para a construção da cidadania das mulheres, para isso propõe ações que incitem o questionamento sobre as relações de gênero, que são base fundamental das desigualdades sociais e sobre o enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher.

O CRAM tem por objetivo geral acolher, acompanhar com direcionamento psicológico e social e oferecer orientação jurídica. A principal motivação é fortalecer a autoestima e tornar possível que as mulheres em situação de violência se tornem protagonistas dos seus direitos (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011).

A implantação de um CRAM, busca a melhoria da qualidade de vida de mulheres em situação de violência, através do atendimento e acompanhamento. Esse equipamento não existe em Muriaé, e pode ser de grande valia. Na Prefeitura de Macapá, por exemplo, que é uma cidade de 398.204 mil habitantes (IBGE, 2010), 3,95 vezes maior que a cidade de Muriaé, que possui 100.765 habitantes (IBGE, 2010), o CRAM em 5 anos de funcionamento conseguiu atender 10 mil mulheres tanto da zona urbana quanto rural. Em declaração uma usuária do centro disse “Sofri violência doméstica por dois anos e há 4 meses faço acompanhamento jurídico e psicológico no CRAM. Aos poucos, estou conseguindo refazer a minha vida”. Esse é o intuito da implantação do espaço de atendimento específico.

### 2.3 VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO BRASIL

Um marco importante para a mudança do paradigma de violência contra a mulher é a Lei nº 11.340/2006, nomeada em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, uma biofarmacêutica cearense que se tornou símbolo da luta contra a violência. Tragicamente, Maria ficou paraplégica após ter sido vítima de seu marido em duas tentativas de assassinato (BRASÍLIA, 2010).

De acordo com a Convenção Belém do Pará (1994), que diz sobre o dever do estado de incorporar em sua legislação interna normas para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, surge a referida lei que rompe com a ideia de que o Estado não deve interferir nas relações íntimas. Isso por ocorrerem dentro da casa da vítima

a maior parte dos crimes de violência, sendo cerca de 30% cometidos pelos próprios parceiros (BRASIL, 2019).

A referida Lei se tornou um dos principais instrumentos de objeção a violência contra a mulher no Brasil. Principalmente por trazer a responsabilização do agressor através do Art. 17 que diz ser vedada “penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa” (BRASIL, 2006, p.22).

No que diz respeito aos dispositivos para consolidação do atendimento à mulher, são listados para criação e promoção da União, Distrito Federal, Estados e Municípios os centros de atendimento, casas-abrigo, delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados, e ainda programas e campanhas de enfrentamento a violência doméstica e familiar e centros de educação e de reabilitação para os agressores (BRASIL, 2006, p.29).

O Panorama da Violência Contra as Mulheres no Brasil (2018) se desenvolveu a partir de diversas fontes de dados, incluindo o Sistema de Informações Sobre Mortalidade (SIM) que pertence ao Ministério da Saúde (MS), a partir do qual foi possível criar a Tabela de Taxas de Homicídio por 100 mil Mulheres no Brasil entre os anos 2006, 2014 e 2015.

O comparativo de dados possibilitou compreender que, a datar de 2006, ano em que a Lei Maria da Penha entrou em vigência, houve considerável aumento nos registros de atos de violência contra a mulher. Contudo após esse aumento, entre os anos 2014 e 2015, as taxas de homicídio de mulheres reduziram de 4,6 para 4,4, considerando que em 2006 eram de 4,2 (BRASIL, 2018).

É importante destacar que mesmo com a queda dos números gerais, quando se trata das mulheres pretas e pardas a taxa permanece desigual. Em 2015 a menor taxa de homicídio registrada se refere as mulheres brancas no estado de Alagoas (0,2), nada obstante, no mesmo período a menor taxa de homicídios de mulheres pretas e pardas foi doze vezes maior, no estado de São Paulo (2,4) (BRASIL, 2018).

Assim como foi posto inicialmente, ocupar o 5<sup>a</sup> lugar como país com mais homicídios de mulheres é de fato preocupante. Como resposta, a população se mantém insistente na busca por aparato judicial, o que foi novamente afirmado com a sanção da Lei 13.718, de 24 de setembro de 2018, que altera o Decreto-Lei nº 2.848/1940 para tipificar crime de importunação sexual e punir a divulgação de cenas de

estupro. Com a nova lei em vigor foram registrados 4.458 de crimes contra a dignidade sexual no primeiro trimestre de 2019, contra 3.903 no mesmo período de 2018 (ARCOVERDE; ACAYABA, 2019). O aumento pode representar o fortalecimento das vítimas, considerando que casos como esses eram solvidos com pena de multa e agora, quem pratica casos enquadrados como importunação sexual poderá pegar de “Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos” (BRASIL, 2018, p. 56).

Ainda é importante considerar a subnotificação das informações e dados que, segundo Alcantara et al. (2016, p. 2), está relacionada “à falta de informações técnicas e científicas do assunto, à escassez de regulamentos que firmem os procedimentos técnicos, à ausência de mecanismos legais de proteção aos profissionais encarregados de notificar e à falha na identificação da violência nos serviços”.

Dessa forma se mostra essencial o trabalho para expansão da conscientização de que mulheres estão sendo violentadas e mortas a todo momento e é essencial que a sociedade se envolva e desenvolva neste tema.

Um termo relevante para compreensão da violência contra a mulher é o ciclo de violência, que foi definido pela psicóloga norte-americana Lenore Walker que o desenvolveu com base em um estudo relacionando 1.500 mulheres em diferentes casos de violência. Segundo Walker, o ciclo de violência é definido em três etapas, sendo a primeira a acumulação da tensão, seguida do momento de explosão e posteriormente acontece a fase lua-de-mel (BRASIL, 2018).

Este ciclo tem início com o crescimento gradual das agressões, que vão desde agressões verbais, provocações e discussões até incidentes de agressões físicas leves. A segunda fase tem início quando esses momentos se tornam um ataque de fato. O que é amenizado da terceira fase, em que o agressor mostra estar arrependido e se comporta de maneira amorosa e gentil, como forma de compensar a vítima por suportar as agressões ocorridas. A terceira fase é encerrada quando pequenos incidentes reiniciam o ciclo (BRASIL, 2018).

Em cada repetição desse ciclo a explosão se torna mais violenta, o que motiva a desfechos trágicos e até mesmo ao feminicídio, ou seja, o assassinato da mulher pelo agressor. O rompimento ou denúncia desses casos é dificultado por serem relações afetivas nas maiorias dos casos, nas quais o agressor é o companheiro da vítima, pai dos filhos e em outros casos, até mesmo o filho. Porém é necessário que a mulher entenda a necessidade de se posicionar a favor da própria existência, e o CRAM também existe como um suporte a esse entendimento (BRASIL, 2018).

### 2.3.1 VIOLÊNCIA CONTRA MULHER EM MURIAÉ - MG

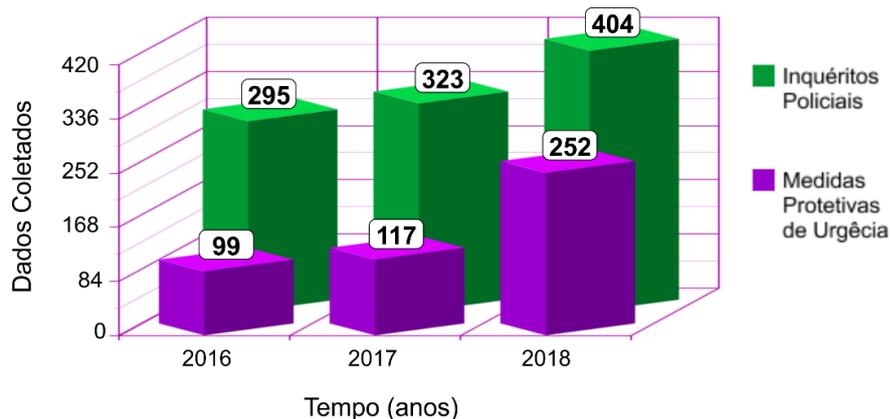
Para obter dados mais específicos foi realizada uma pesquisa junto à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher da 4ª Delegacia Regional de Polícia Civil (DRPC/ Muriaé). A delegacia especializada foi fundada com a Resolução nº 7.510, de 03 de abril de 2013, porém antes disso o trabalho já era realizado no município.

Foi apurado o quantitativo anual de Inquéritos Policiais e de medidas protetivas, isto para comprovar que o número de denúncias em casos de violência doméstica tem crescido, possibilitando que mais mulheres sejam afastadas dessa condição, e comprovando que existem muitos casos que precisam ser motivados à denúncia.

A Medida Protetiva de Urgência é um mecanismo de defesa contra a violência doméstica e familiar com garantia de proteção policial, o que é previsto na Lei Maria da Penha. Essas medidas, assim como as denúncias realizadas se tornam Inquéritos Policiais, que se trata de um procedimento investigativo, destinado a apurar a existência de uma infração penal e sua autoria.

No gráfico abaixo foram inseridos os dados coletados. A partir do qual fica evidente o considerável crescimento de 2016 para 2018, principalmente a se tratar das Medidas Protetivas de Urgência, o que é reflexo, dentre outras possibilidades, do crescimento das divulgações sobre a lei Maria da Penha e com isso, maior solicitação por parte das vítimas, das medidas previstas em lei.

Figura 1 - Gráfico da Relação de Inquéritos Policiais e Medidas Protetivas de Urgência.



Fonte: Gráfico: autora. Dados: disponibilizados pela à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher da 4ª Delegacia Regional de Polícia Civil (DRPC/ Muriaé)

O gráfico ilustra a crescente demanda de Inquéritos Policiais e Medidas Protetivas de Urgência do município de Muriaé, que atualmente são direcionadas em

sua totalidade para a Delegacia Especializada. Com a implantação do CRAM, será possível reduzir a chegada de denúncias na delegacia, direcionando essa demanda recebida à atendimentos específicos, como psicológico e social (BRASIL, 2006).

#### 2.4 CONFORTO AMBIENTAL PARA A CIDADE DE MURIAÉ

O conforto ambiental é um tema de relevância para esse trabalho uma vez que pretende acolher de forma agradável nas esferas de conforto ambiental, ergonomia e acessibilidade.

Para a construção deste Centro de Referência não se propõe o abandono das tecnologias, de maneira oposta, fica estabelecido o desejo de utilizar as tecnologias disponíveis para unir as possibilidades da mecanização à capacidade natural do local. Com a globalização e a mecanização das condições de conforto os edifícios utilizam cada vez menos das condicionantes naturais. O que resulta na perda da identidade local nas construções (CAVALCANTE, 2001). Por esse motivo o estudo das condicionantes de conforto que implicam em uma identidade local se faz importante.

Em relação ao conforto térmico, é certo afirmar que não desejar nem mais calor, nem mais frio, é a definição de temperatura neutra, se trata do estado confortável, que não gera preocupações ou incômodos ao indivíduo que o vivencia. A zona de conforto é definida através de Cartas Bioclimáticas, que utilizam a relação entre temperatura e umidade do ar para definir o que está contido neste zoneamento. Contudo o bem-estar térmico, além da temperatura e umidade, possui relação com as radiações infravermelha e solar e o movimento do ar (CORBELLA; YANNAS, 2009).

O zoneamento bioclimático do Brasil é dividido em oito definições, Muriaé é relacionada a Zona Bioclimática 3, que corresponde a 6,5% do território brasileiro. Para essa zona é indicado o uso de aberturas médias para ventilação; sombreamento de aberturas que permita sol durante o inverno, vedação leve refletora para paredes e leve isolada para coberturas. Ainda são indicadas estratégias de condicionamento térmico passivo, para o verão, a ventilação cruzada e para o inverno, o aquecimento solar da edificação e vedações internas pesadas (NBR, 2003).

O conforto visual se associa ao nível de luz disponível em determinado ambiente. Isso por considerar a capacidade de perceber visualmente um espaço reflexo da composição de luz que existe no mesmo. Sendo assim o controle da luminosidade vai além das diretrizes normatizadas, deve atender ao indivíduo que executa determinada tarefa em um ambiente.

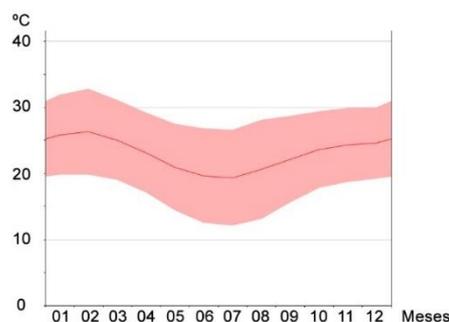
Segundo Corbella e Yannas (2009), a iluminação natural é melhor absorvida pelos olhos humanos, pois a adaptação natural prevê contrastes e variações que a luz artificial não oferece. Tendo dito isso é preciso reforçar que as luzes artificiais são complementares à iluminação natural e quando integradas possibilitam melhores possibilidades ao indivíduo no ambiente que alumiam.

Seja natural ou artificial, quando se diz sobre iluminação é necessário considerar a organização dos espaços internos, a localização, forma e dimensões de cada abertura, ou fonte de luz, a geometria das superfícies internas também é influente, em conjunto com as cores utilizadas. Nesse sentido é ressaltado a não uniformidade da luz natural, o que se deve ao ângulo de inclinação do sol com a superfície da terra (ANTUNES, 2003).

Existem três tipos de mecanismos responsáveis pelas trocas de calor. A convecção é a troca de calor a partir do movimento de fluidos com o exterior. Já na radiação existe a transferência de calor por ondas eletromagnéticas, é o que acontece com o recebimento de energia solar em forma de luz para a terra. E ainda a condução, que acontece nos sólidos através do movimento de elétrons livres nas diferentes temperaturas das superfícies (PIMENTA et al., 2015).

A conformação dos edifícios decide em grande parte o conforto térmico futuro à função de habitar, por isso é essencial considerar as características térmicas locais para propor uma intervenção eficiente. Muriaé está a uma altitude de 271m, a temperatura média anual é de 24°C (RORIZ, 2013), já a média de ventos varia dos dias mais calmos, com ventos de 9,1 Km/h até dias com ventos mais agitados de 13,2 Km/h (WEATHER SPARK, 2019). Com isso os elementos como, janelas, portas, número de pavimentos, coberturas e paredes podem contribuir ou prejudicar a concepção de uma construção consistente e adequada (PIMENTA et al., 2015).

Figura 2 - Gráfico de Temperatura de Muriaé.



Disponível em: <<https://pt.climate-data.org/americas-do-sul/brasil/minas-gerais/muriae-24909/#climate-table>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

Outra influência para a sensação de conforto ambiental é o uso de elementos naturais na composição do espaço, o que implica na qualidade de vida e na geração de impactos ambientais. Isso devido ao microclima diferenciado que se cria a partir do paisagismo e da redução de temperatura por meio do controle da radiação solar, do vento e da umidade do ar proporcionados (ANTUNES, 2003).

A indústria da construção absorve cerca de 50% de todos os recursos extraídos da natureza e consome entre 40% e 50% da energia de um país (CIB; UNEP-IETC, 2002 apud PRIZIBELA; OLIVEIRA, 2011). A arquitetura sustentável é a busca por soluções que atendam a necessidade de determinado cliente, respondendo a todos as demandas de modo racional, com menos impacto ao meio social e ambiental, para que futuras gerações possam desfrutar de recursos naturais e de ambientes mais saudáveis (PRIZIBELA; OLIVEIRA, 2011, P. 14).

## 2.5 O QUILOMBO E A HUMANIZAÇÃO NA ARQUITETURA

O CRAM é previsto como um local de atendimento específico e humanizado. A definição do atendimento humanizado “envolve a construção de sujeitos, a valorização da pessoa e dos direitos e deveres de cada um, seja o usuário, o profissional de saúde ou o gestor, em prol do estabelecimento da cidadania na construção de uma nova cultura, um novo modo de agir” (VIANA, 2004, p. 11), o que requer a responsabilização dos profissionais gestores para o direcionamento de toda equipe e ainda a concepção do espaço físico.

Para referência conceitual e funcional de um espaço humanizado fica posto o Quilombo, definido como “comunidade fortificada formada por negros fugitivos e por uma minoria branca e indígena, organizada politicamente, representando uma forma de resistência e combate à escravidão” (MICHAELIS, 2019). A relação estabelecida tem base inicial na desigualdade racial, reafirmada pelo Panorama da Violência Contra as Mulheres no Brasil, onde a análise demonstra que a menor taxa homicídios por 100 mil mulheres é de mulheres brancas (0,2-AL), enquanto a menor taxa de homicídio de mulheres pretas e partas é doze vezes maior que está (2,4-SP).

Figura 3 - Taxas de homicídio por 100 mil mulheres (SIM/MS).

UF	Taxas de homicídio de mulheres de todas as raças			Taxas de homicídio de mulheres brancas			Taxas de homicídio de mulheres pretas e pardas		
	2006	2014	2015	2006	2014	2015	2006	2014	2015
AL	6,7	7,4	5,4	1,0	0,8	0,2	6,6	10,0	7,1
SP	3,7	2,7	2,4	3,6	2,6	2,4	3,8	2,7	2,4

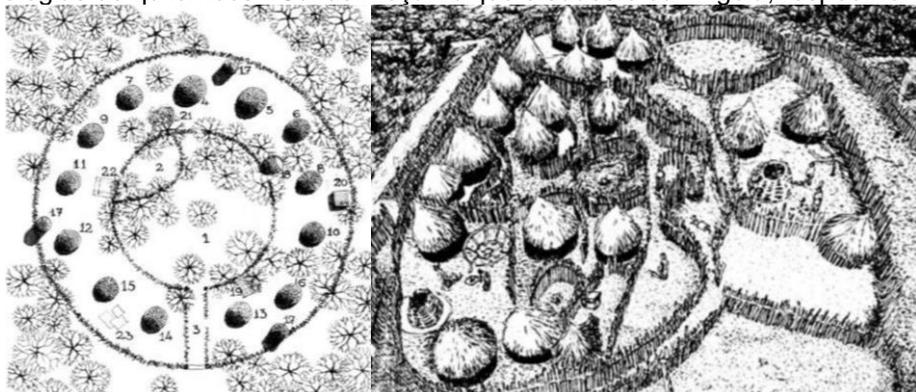
Fonte: Panorama da Violência contra as Mulheres no Brasil: Indicadores Nacionais e Estaduais 2018.

Assim como um Quilombo, o CRAM é um lugar de resistência e reafirmação da identidade individual e coletivas dos indivíduos. Dessa forma, o intuito é buscar na arquitetura africana referenciais de espaços coletivos. A terminologia “quilombo” tem origem *quimbundo*, de conjunto de línguas africanas banto, com significado de “união”, aldeia guerreira composta de vários kraals (SOMMER, 2005, p. 4). Os quilombos utilizam a circulação de ar como ferramenta para abrandar o aquecimento solar e patologias da umidade (PEREIRA, 2011). Dessa forma o uso da referência quilombola justifica-se pela questão social e por sua relação com o conforto do ambiente.

Atualmente, por extensão terminológica e consenso no meio acadêmico, áreas remanescentes de quilombos são territórios negros, terra de pretos, comunidades negras afrodescendentes, sendo inspirações políticas para movimentos sociais contemporâneos (SOMMER, 2005, p. 4)

O *kraal* é uma formação africana típica da estrutura física e organizacional tribal e de aldeamentos familiares ou militares (SOMMER, 2005, p. 6), constituída por terrenos cercados compostos por diferentes atividades, engloba o local de trabalho, cultivo, espaços cerimoniais, cercados dos animais etc. Essas atividades são separadas em construções específicas, denominadas cubatas, como para cozinha, dormitório, celeiro, sanitário e sala de trabalho (PEREIRA, 2011).

Figura 4 - Tipologias de quilombos - Sul de Moçambique e sudeste da Angola, respectivamente.



Fonte: WEIMER, 2008, p. 6 e 7).

A individualidade climática das regiões da África ocidental possibilita evidenciar tipologias arquitetônicas locais. As regiões de clima seco são marcadas pela construção de casas cilíndricas, formadas da argila de bolsões encontrados no solo, cobertas com sapê e palha. O clima úmido, de locais com florestas, possibilita o uso de tábuas como taipas e com isso a construção de paredes apiloadas retas com cobertura de folhas de palmeiras. Em regiões de savana, o clima amenizado propicia compartimentos mais amplos e paredes mais baixas. Este tipo de *kraal* é conhecido como “casa-pátio” (WEIMER, 2005 apud PEREIRA, 2011).

Figura 5 - Tipologias arquitetônicas angolanas



fonte: WEIMER, 2008, p.5.

Outra questão a ser abordada para humanização desse projeto é a acessibilidade, que em concordância com o Decreto-Lei 163/2006 é um meio imprescindível para o exercício dos direitos civis em uma sociedade democrática (BRASIL 2006). Para esse fim a NBR 9050:2015 estabelece critérios e parâmetros para projetos acessíveis e atesta “a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos” (NBR, 2015, p. 1), para todos os indivíduos, o que independe da idade, estatura ou restrições de mobilidade ou percepção deste indivíduo.

Para criar espaços acessíveis o desenho universal é definido como “equiparação das possibilidades de uso, flexibilidade no uso, uso simples e intuitivo, captação da informação, tolerância ao erro, mínimo esforço físico” (NBR, 2015 p. 139), a partir do qual é possível projetar considerando uma série de pré-dimensionamentos e na melhor forma de exercer determinada função, com desígnio de um espaço confortável para todo ser humano.

Dessa forma o estudo pretende desenvolver um lugar que tenha a mulher como personagem principal e para isso articule os espaços funcionais em harmonia com espaços de socialização e contemplação, visando em todo momento motivar sensações de coletividade e pertencimento.

### 3 PROJETOS REFERENCIAIS

O Estudo de Caso compõe os principais métodos de procedimento nas Ciências Sociais. Neste trabalho foi utilizado como estratégia o estudo de caso descritivo que, segundo Yin (2001) possibilita ao investigador a descrição de fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto real. Com isso os estudos foram utilizados como fonte de direcionamento para um projeto funcional e humanizado de um Centro de Referência de Atendimento à Mulher. As informações alcançadas nos estudos de caso foram trabalhadas a partir de métodos e conceitos, o que possibilita criar partidos específicos, motivados pela individualidade da obra.

#### 3.1 CASA DA MULHER – CENTRO DE REFERÊNCIA

Para referencial tipológico foi escolhido o Centro de Referência para Atendimento às Mulheres mais próximo, analisado por meio de um estudo de caso in loco. A Casa da Mulher em questão atende mulheres na cidade Juiz de Fora, localizada a cerca de 160Km de Muriaé.

O centro de referência foi inaugurado em 2013 e funciona em uma edificação residencial no bairro Jardim da Glória, zona central do município. Por se tratar da adaptação de um local projetado para morar, o presente estudo tem por intuito analisar a funcionalidade do programa de necessidades nesse sentido.

Figura 6 - Fachada frontal Casa da Mulher - CRAM, Juiz de Fora.



Fonte: da autora, 2019.

Este CRAM possui cerca de 160m<sup>2</sup>, considerando que o seu funcionamento acontece apenas no térreo, pois no andar superior está a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher - DEAM, que oferece complemento ao Centro de Referência. A Norma Técnica de Uniformização prevê para o CRAM os serviços de “Coordenação, recepção, atendimento inicial, atendimento jurídico, atendimento social, atendimento psicológico; atividades complementares; brinquedoteca e serviços Gerais”(BRASIL, 2006), nesta unidade os serviços do profissional de assistência social, arte-terapeuta e educador infantil são mesclados com outros profissionais e estagiários, que existem em grande quantidade na casa. A adaptação possibilita que o serviço exista, porém com algumas limitações.

Figura 7 - Croqui de setorização e levantamento fotográfico - CRAM, Juiz de Fora.



Fonte: da autora, 2019.

A falta de acessibilidade é uma questão que precisa ser considerada, principalmente por se tratar de um espaço público, pois a casa além de elevada (Figura 7-A) possui diferenças de níveis em seu interior (Figura 7-B), incluindo a limitação de espaço em alguns cômodos, o que dificulta a possibilidade de adaptação

efetiva, contudo a necessidade tem requerido algumas intervenções pontuais (Figura 7-C).

Os cômodos compartilhados possuem divisórias com intuito de abrigar mais servidores, o que resulta na participação, mesmo que indireta, de mais profissionais em um único caso, caso as salas fossem divididas de maneira mais restritiva, outras vítimas poderiam ser atendidas ao mesmo tempo.

Figura 8 - Uso de divisórias no Departamento Jurídico - CRAM, Juiz de Fora.



Fonte: Autora, 2019.

Com base nessas afirmações e considerando que desde o início dos atendimentos, em 29 de maio de 2013 até 30 de abril de 2019 já foram registradas 14.648 agressões, é possível afirmar que este é um espaço indispensável por estar previsto em lei e possuir relevante demanda. É destacado que dos atendimentos realizados, 12.750 casos são de agressões psicológicas, o que reafirma a necessidade da multidisciplinariedade no atendimento.

Além dos aspectos físicos, o atendimento humanizado foi ressaltado desde o atendimento inicial. Visto que o primeiro contato da vítima é com uma policial militar, que se mantém na varanda de acesso, com intuito de oferecer segurança, posteriormente esta servidora direciona a vítima à recepção, que é o espaço físico mais acolhedor da casa, devido as dimensões, o uso de cores e iluminação (Figura 8.2), o que existe com o desejo de acolher e tranquilizar a mulher pós situação de violência.

Figura 9 - Uso de divisórias no Departamento Jurídico - CRAM, Juiz de Fora.



Fonte: Autora, 2019.

Com esta visita ficou evidente que a capacitação dos servidores é de muita valia para efetivação do atendimento humanizado e ainda que a estrutura arquitetônica tem a capacidade de despertar sensações e abrigar a equipe de profissionais para oferecer melhores condições de serviço e acolhimento. Conjuntamente foi despertado o desejo de aproximar a Delegacia da Mulher devido a segurança que este equipamento desperta na mulher usuária do CRAM.

### 3.2 CENTRO MÉDICO PEDAGÓGICO OSONAMENT

Este estudo de caso possui como intuito enfatizar as questões de funcionalidade do objeto arquitetônico. O projeto Centro Médico Pedagógico foi desenvolvido entre 2015 e 2016 pelo escritório Comas-Pont Arquitectos, e se destaca nas questões de mobilidade, sustentabilidade energética e construção econômica, o que motivou esta escolha.

Figura 10 - Fachada Frontal - Centro Médico Pedagógico Osonament



Disponível em: <<http://www.osonament.cat/edificio-central-osonament/>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

Esse edifício, localizado no município de Vic, província de Barcelona, abriga serviços de reabilitação para pessoas com deficiências mentais. A edificação tem sua implantação acompanhando o terreno e mantém a horizontalidade, existe apenas um bloco de dois pavimentos, motivado pela necessidade de ser um ambiente mais intimista. Outra característica, é a relação com a natureza como forma de humanizar e tornar os espaços mais saudáveis (BRANT, 2017).

Figura 11 - Setorização- Centro Médico Pedagógico Osonament

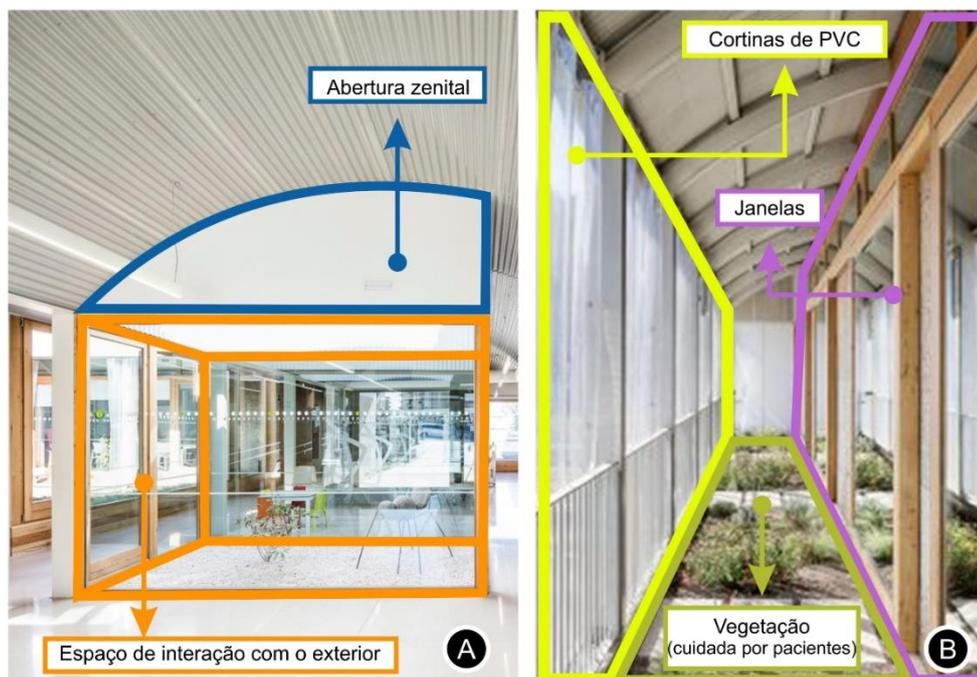


Disponível em: <<https://arqa.com/gallery-page?id=510241>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

O Centro Médico possui 1.657m<sup>2</sup> distribuídos em seis blocos, que são divididos por funções (Figura 11). O acesso principal se une diretamente aos espaços comuns, ao bloco de terapia de fala, ao bloco de reabilitação comunitária e ainda à área de serviço de inserção de trabalho. O segundo pavimento possui acesso através dos espaços comuns, nele estão os principais serviços oferecidos de maneira mais reservada, o espaço atende à terapia de fala, reabilitação comunitária e serviço de inserção de trabalho (BRANT, 2017).

Este planejamento de integração se estendeu para o interior do edifício de maneira pontual. No bloco central, que acomoda o acesso e escritórios possui um ambiente com abertura zenital em toda sua extensão, o que criou um contato com o externo, mesmo dentro do edifício (Figura 12A).

Figura 12 - Condicionante naturais - Centro Médico Pedagógico Osonament



Fonte: editado pela autora. Disponível em: <<http://www.osonament.cat/edificio-central-osonament/>>. Acesso em: 27 fev.2019

O sistema climático é outra solução referência deste projeto. Na fachada sudeste existe uma varanda linear de 1,50m (Figura 12B) que é utilizada como colchão térmico devido ao efeito estufa. O espaço possui cortinas de PVC que são fechadas no inverno para acumular calor e abertas no verão, momento em que a varanda se torna um elemento de proteção solar (BRANT, 2017).

Diante do exposto, o Centro Médico Pedagógico Osonament foi escolhido por seu assentamento térreo e sua setorização de diversos atendimentos. O que é

essencial para o atendimento proposto no Centro de Referência, o qual recebe mulheres em situações distintas e em momentos individuais. Além disso o direcionamento à arquitetura sustentável também agregou para elaboração de um projeto humanizado, que considera as necessidades atuais e futuras da sociedade.

### 3.3 CASA-ESTÚDIO SABINOS

A Casa-Estúdio Sabinos concluída em 2012, é assinada em pelo arquiteto Juan Carlos Loyo e está localizada em *Querétaro*, México. Foi escolhida como referencial plástico-formal devido ao trabalho da arquitetura vernacular, utilizada como resposta ao clima semi seco da região.

Figura 13 - Fachada Frontal e vista da integração com a vegetação nativa - Casa-Estúdio Sabinos



Disponível em: <<https://www.homify.com.br/projetos/136920/casa-estudio-sabinos>>.  
Acesso em: 02 mar. 2019.

A casa com 2.763m<sup>2</sup> se desenvolve ao redor de um pátio central que possui como objetivo principal o conforto ambiental. A proposta é que este pátio, ao absorver águas de chuva, fique inundado e possibilite o resfriamento do espaço (BRITTO, 2012).

Outro recurso para melhoria do ambiente são as paredes de terra batida, que também auxiliam para uma temperatura agradável, devido a fraca condução de calor que a terra possui, com isso as paredes refrescam o ambiente durante o verão e o mantém aquecido durante o inverno (BRITTO, 2012).

Figura 14 - Pátio inundado e paredes de terra batida - Casa-Estúdio Sabinos



Disponível em: <<https://www.homify.com.br/projetos/136920/casa-estudio-sabinos>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

Uma característica complementar da construção a ser ressaltada como parâmetro para a construção do Centro de Referência é a integração com a vegetação nativa, o que garante a melhor condição de preservação e cuidado da mesma (Figura 13). Juntamente existe o uso da vegetação que cria um confortável contraste visual com o ambiente austero, característico da arquitetura vernacular (BRITTO, 2012).

Este estudo de caso motivou a percepção mais apurada do que existe no local em que se quer intervir. Isto com a disposição dos espaços, que possibilitou melhor aproveitamento das condicionantes naturais, e ainda o uso da terra batida nas paredes e vegetação nativa. Este projeto traz a valorização do contexto em que se insere, o que pode ser utilizado como recurso para a identificação das mulheres com o Centro de Referência.

### 3.4 CENTRO INTERNACIONAL SARAH DE NEURORREABILITAÇÃO E NEUROCIÊNCIAS

O projeto de referencial tecnológico é um projeto do escritório João Figueiras Lima, do arquiteto de mesmo nome, porém mais conhecido como Lelé. Inaugurado em maio de 2009, está localizado na Barra da Tijuca no Rio de Janeiro e possui 52.000m<sup>2</sup>. É a última unidade hospitalar da Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação, o que fez com que este fosse escolhido para representar a rede, por possuir as mais recentes estratégias de conforto ambiental adotadas por Lelé (FINESTRA, 2011).

A Rede SARAH possui como objetivo prestar assistência médica e de reabilitação, nas áreas neurológica e ortopédica. A unidade Rio de Janeiro foi

construída com o intuito de ser dedicada a reabilitação cognitiva, prática de esportes e integração com a natureza. Para esta Rede foi desenvolvida uma estrutura que possui como principal função o conforto ambiental, se trata da cobertura tipo shed, que permite a entrada de luz e a ventilação natural. No Sarah Rio, os sheds são geométricos e flexíveis, localizados principalmente a barlavento (leste) favorecem a captação dos ventos predominantes e junto às aberturas sotavento (sudeste) garantem a renovação do ar e assim melhor conforto térmico (Figura 15) , o que ameniza a necessidade do uso de ar condicionado, mas no caso do Rio de Janeiro não foi viável dispensá-lo, porém o sistema possibilitou o uso mais econômico por meio da automatização que alterna entre o sistema artificial e o natural (FINESTRA, 2011).

Figura 15 - Espelho d'água e sheds da cobertura- Centro Internacional SARAH de Neuroreabilitação e Neurociências



Disponível em: <<https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/arquiteto-joao-filgueiras-lima-lele-hospital-rede-sarah-27-10-2009>>. Acesso em: 24 fev. 2019.

O resfriamento desta unidade acontece junto a evaporação de um espelho d'água que margeia a fachada do pavimento técnico (Figura 15). Com isso a temperatura do ar é reduzida e partículas de poeira são retiradas, proporcionando um ambiente mais confortável de se estar (FINESTRA, 2011).

A cobertura do edifício, solta e independente consegue vencer vãos de até 15 metros e tornou possível um pé direito com mais de oito metros. Entre a cobertura externa em sheds e os ambientes existe um teto plano com esquadrias metálicas tipo balsa ativas por um sistema automatizado. Esse espaço entre a cobertura e o forro

possibilita proteção térmica, no Sarah Rio são cerca de quatro metros para reduzir a entrada de calor nos ambientes internos (FINESTRA, 2011).

É como se você estivesse filtrando a luz, o vento, o ar. O frescor que você sente embaixo de uma árvore é como um filtro, onde o vento passa. Para você se defender do calor, o melhor lugar é embaixo de uma árvore. Então o conceito básico ali é você criar uma grande sombra, é como se você estivesse embaixo de uma árvore. Entre a cobertura dos sheds e os basculantes, fica um colchão de ar que atenua todas as ações de calor, e quanto maior esse espaço, melhor. (LIMA apud FINESTRA, 2011)

A proposta de distanciar a cobertura do forro torna possível que a sensação térmica seja amena, mesmo em locais quentes como é o caso do Rio de Janeiro, isto para espaços públicos é de muita valia, visto que quanto maior a circulação de pessoas maior é a dificuldade para manter uma temperatura agradável (FINESTRA, 2011).

Figura 16 - Exterior e interior do edifício com ênfase na cobertura, que garante iluminação e ventilação naturais - Centro Internacional SARAH



Disponível em: <<https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/arquiteto-joao-filgueiras-lima-lele-hospital-rede-sarah-27-10-2009>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2019.

O Centro Internacional Sarah de Neuroreabilitação e Neurociências é um exemplo técnico em conforto ambiental de maneira, o que é necessário ser pensado para o projeto e implantação do Centro de Referência, visto que será localizado em uma cidade de altas temperaturas e circulação de ar discreta. Portanto reconhecer a orientação dos ventos predominantes é essencial para adotar tais técnicas, dentre outros artifícios que podem tornar o Centro de Referência mais agradável, como o uso de espelho d'água e vegetação no interior da construção (FINESTRA, 2011).

Através dos estudos realizados fica evidente o intuito de trabalhar com as condicionantes locais, buscando em todo o momento a humanização do espaço, com intuito que as vítimas estejam em um ambiente mais agradável, o que de fato irá beneficiar o desenvolvimento do trabalho e a socialização. E ainda é preciso ressaltar

a necessidade local de adotar as estratégias de conforto térmico, devido as altas temperaturas na maior parte dos dias em Muriaé.

## 4 DIAGNÓSTICO DO LOCAL

Entender local de implantação de um projeto diz sobre a possibilidade de projetar exclusivamente para aquele espaço, considerando as facilidades e limitações existentes. Desta forma o projeto será pensado com uma identidade local, o que valoriza a edificação e possibilita a sensação de pertencimento ao usuário. Que neste caso serão mulheres em situação de violência que necessitam de atendimento psicológico, jurídico e social e servidores públicos, que trabalham no mesmo espaço por horas seguidas e precisam de condições para executar o trabalho da melhor forma. Ainda é necessário considerar que existe um programa de necessidades a ser seguido e que a ligação de cada espaço previsto influencia diretamente na funcionalidade da construção.

### 4.1 PERFIL DO CLIENTE

“O perfil da mulher agredida é: jovem, casada, católica, tem filhos, pouco estudo e baixa renda familiar. Álcool e ciúme foram os principais fatores desencadeantes das agressões” (LIRA e BARBOSA, 2013). Este perfil, construído sobre um estudo integrativo, representa a realidade da mulher vítima de violência em Muriaé por se tratar de uma revisão em âmbito nacional.

É preciso considerar que o Centro de Referência irá receber essas usuárias em duas situações gerais, logo após uma sofrerem determinada violência e durante o acompanhamento dentro da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Sendo assim é importante considerar o possível estado de fragilidade e distanciamento de algumas mulheres durante o processo de recepção no CRAM.

### 4.2 PROGRAMA DE NECESSIDADES

Em 2006, 16 anos após a implantação do primeiro serviço municipal do país a oferecer o atendimento integral às mulheres em casos de violência doméstica e sexual, a Casa Eliane de Grammont, foi publicado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres a Norma Técnica de Uniformização para Centros de Referência de Atendimento À mulher em Situação de Violência. Esta publicação contém o programa de necessidades mínimas pré-definido para este projeto.

Tabela 1 - Estrutura dos centros de referência de atendimento à mulher em situação de violência

<b>Equipamentos</b>	
<b>Comunicação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma Central Telefônica.</li> </ul>
<b>Transporte</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Um veículo utilitário.</li> </ul>
<b>Informática</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 01 computador;</li> <li>• 01 impressora com rede lógica</li> <li>• Internet;</li> <li>• copiadora.</li> </ul>
<b>Diversos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 01 aparelho de TV 20”;</li> <li>• 01 equipamento de vídeo ou DVD;</li> <li>• 01 máquina fotográfica digital;</li> <li>• 04 minigravadores;</li> <li>• 01 filmadora;</li> <li>• bebedouro refrigerado;</li> <li>• fogão;</li> <li>• geladeira;</li> <li>• ventiladores.</li> </ul>
<b>Localização e espaço físico</b>	
<b>Recepção</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Primeira sala: Deve possuir assentos confortáveis e murais com materiais relativos à prevenção e ao enfrentamento da violência contra a mulher;</li> <li>• Segunda sala: Destinada ao atendimento geral, com mesas e material de apoio para 2 profissionais técnico-administrativos. Ligada à terceira sala;</li> <li>• Terceira: Sala para estudos sobre a violência contra a mulher, aberta, por meio de hora marcada. Deve ser equipada com mesa, cadeiras, estantes para materiais de estudo, computador ligado à Internet e impressora.</li> </ul>
<b>Atendimento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sala de espera;</li> <li>• Sala para atendimento jurídico;</li> <li>• Atendimento psicológico;</li> <li>• Atendimento social;</li> <li>• Sala para promover o atendimento de grupos.</li> </ul>
<b>Coordenação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordenadoria;</li> <li>• Arquivo;</li> <li>• Sala de reuniões.</li> </ul>
<b>Apoio</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Almoxarifado;</li> <li>• Sala de estar para equipe;</li> <li>• Copa-cozinha.</li> </ul>
<b>Áreas comuns</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dois banheiros femininos e um masculino;</li> <li>• Brinquedoteca,</li> <li>• Sala para atividades;</li> <li>• Áreas verde.</li> </ul>

Fonte: da autora. Dados: BRASIL (2006).

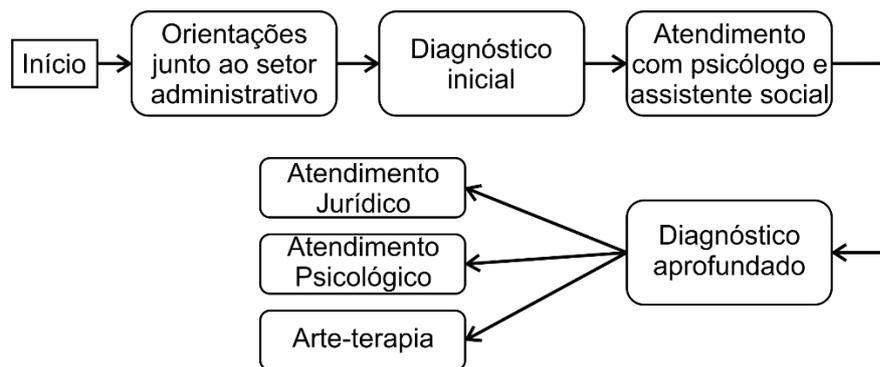
Para estabelecer a conexão dessas áreas é necessário estruturar o método de atendimento que o equipamento oferece.

Inicialmente a mulher em situação de violência é acolhida pela equipe administrativa, responsável por oferecer todas as informações pertinentes naquele momento, e por fazer o direcionamento necessário.

A segunda fase do contato com a vítima é o diagnóstico inicial e encaminhamento. Momento em que será realizado um atendimento com um profissional psicólogo e um profissional assistente social, com objetivo de estabelecer uma relação de confiança, informar sobre os direitos que a mulher possui na situação em questão, elaborar um diagnóstico preliminar de risco, apresentar opções de atendimento e encaminhamento, elaborar em conjunto com a mulher um plano de atendimento e um plano pessoal de segurança, explicar os próximos procedimentos com a atenção necessária para que não existam dúvidas remanescentes.

A terceira fase consiste no diagnóstico aprofundado, a fim de identificar as demandas e questões a serem tratadas. De acordo com a necessidade de cada caso, a mulher em situação de violência é direcionada para o atendimento. O CRAM oferece atendimento psicológico, arte-terapia e atendimento jurídico.

Figura 17 - Fluxograma de atendimento.

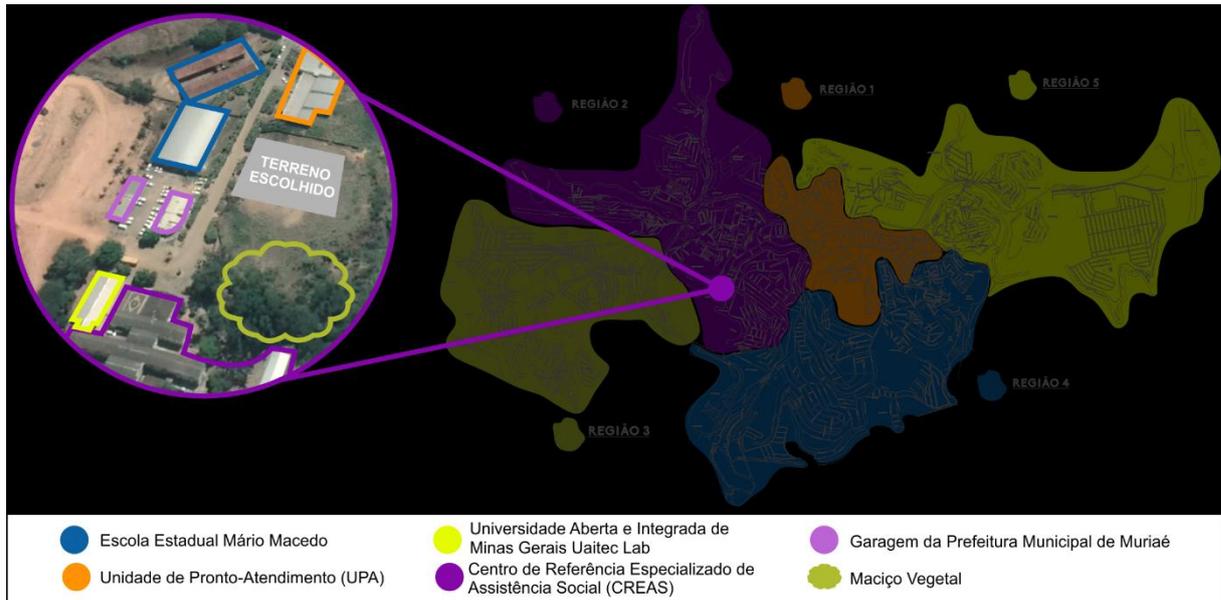


Fonte: Autora. Dados: BRASIL (2006).

#### 4.3 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

O Centro de Referência é um equipamento de uso institucional principal, o qual atende toda a cidade, isso influenciou para escolha de um terreno centralizado geograficamente.

Figura 18 - Macro e microlocalização.



Fonte: Prefeitura Municipal de Muriaé e Google Earth, 2019 - Editado pela autora.

O terreno está localizado no bairro Barra, Região 2 de Muriaé, próximo a via arterial Tiradentes, na rua Itagiba de Oliveira, logradouro sem saída que abriga a Escola Estadual Mário Macedo, uma unidade da Universidade Aberta e Integrada de Minas Gerais - Uaitec Lab, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e uma Unidade de Pronto-Atendimento (UPA), que nunca esteve em funcionamento. Com isso é possível evidenciar o acesso frequente de pessoas que buscam por educação e assistência social, o que pode incluir de forma homogênea, mulheres que buscam assistência social enquanto vítimas da violência.

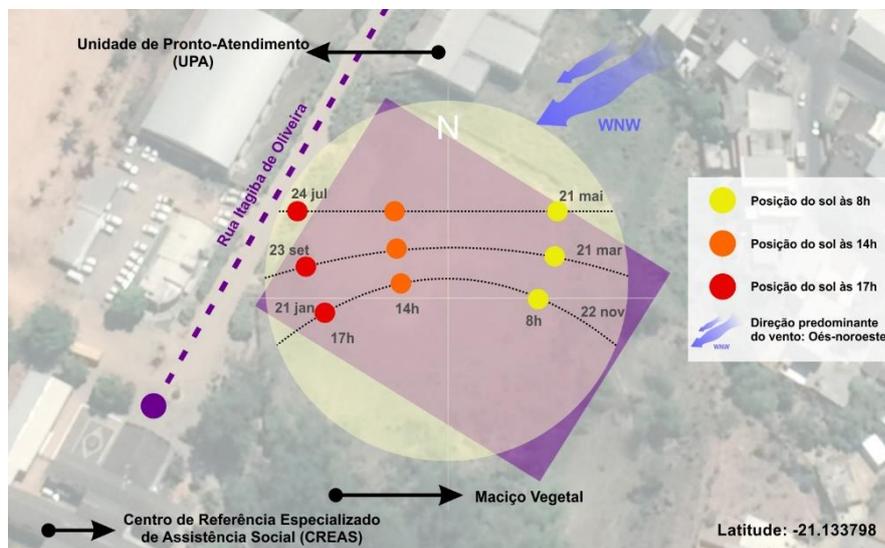
Figura 19 - Levantamento fotográfico do terreno.



Fonte: Autora, 2019.

Visto que o projeto preza pelo conforto ambiental e tem intuito de propor o uso de espaços abertos é importante considerar a insolação do local. Em relação as edificações existentes, apenas a UPA desativada irá sombrear o terreno, principalmente no período de 23 de setembro e 21 de março durante a tarde (Figura 20). Na lateral oposta à UPA existe um considerável maciço vegetal, que não irá sombrear de forma considerável o terreno, entretanto este colabora diretamente para o controle térmico e se constitui uma barreira acústica de grande porte.

Figura 20 - Condicionantes Naturais.



Fonte: Google Earth 2019 - Editado pela autora.  
 Informações: Ventos (Clima Tempo); Insolação (LabEEE UFRGS)

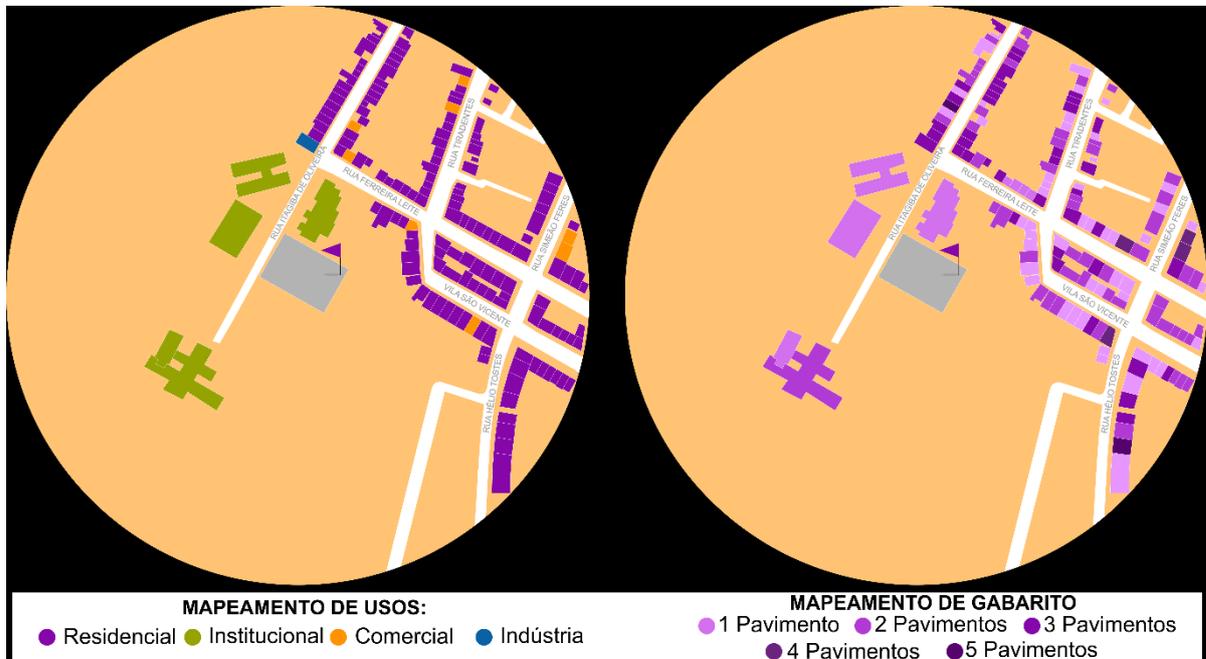
O terreno recebe a insolação nascente diretamente em sua parte posterior, o que beneficia o uso desta área para espaços abertos, visto que o sol da tarde é mais agressivo e com isso prejudicaria o conforto das usuárias. O vento predominante Oés-noroeste indica que esta direção deve abrigar aberturas de entrada da ventilação para que haja movimento do ar no interior da edificação, concordando com aberturas de saída para que a ventilação seja cruzada.

#### 4.3.1 ENTORNO DO TERRENO

Para melhor compreensão do contexto urbano em que o terreno está localizado, foram feitos mapas cartográficos para apresentar algumas características relevantes em um raio de 200m.

Por meio dos mapas a seguir é possível observar que parte da área analisada não possui construções, mesmo sendo um terreno na área central da cidade, o que pode ser atribuído as condições planialtimétricas da área vazia.

Figura 21 - Mapas de entorno do terreno.



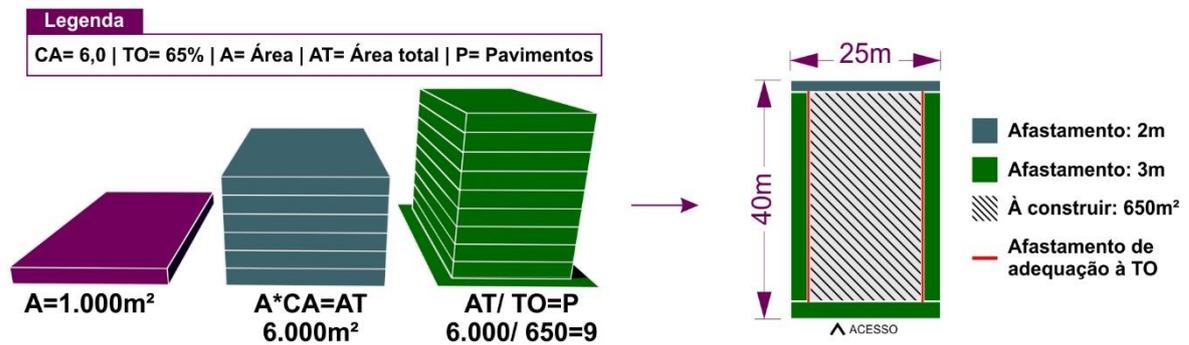
Fonte: Autora, 2019.

Quanto aos usos no entorno, se trata de um território residencial, apenas com alguns pontos comerciais, muitos deles em funcionamento misto com residências. É possível classificar como institucional apenas o trecho de implantação do terreno, o que também influenciou essa escolha. A discriminação do gabarito das edificações existente no entorno levantado apresenta predominância das edificações de um e dois pavimentos, mesmo que indicadas edificações de até cinco pavimentos.

#### 4.4 LEGISLAÇÃO

Em concordância como Plano Diretor do Município, Lei Municipal nº 5.441 de 2017 de uso e ocupação do solo, foi considerado a implantação na Zona de Expansão Urbana 3, o uso institucional e dimensões do terreno. Com essas características o projeto pode usufruir das possibilidades de construção com base na Taxa de Ocupação (TO), Coeficiente de Aproveitamento (CA), afastamentos frontal e laterais de 3m e posterior de 2m, disponibilizando uma vaga de estacionamento a cada cem metros quadrados.

Figura 22 - Estudo gráfico da legislação vigente.



Fonte: Autora, 2019.

O terreno possui 1.000m<sup>2</sup> e Coeficiente de Aproveitamento 6, que possibilita aproveitar o espaço em 6.000m<sup>2</sup>, porém a Taxa de Ocupação limita a projeção da edificação à 65% da área do terreno, que corresponde a 650m<sup>2</sup>. Adequando a área total de aproveitamento a esse espaço de projeção, fica admitido a construção de até 9 pavimentos para este terreno. Em contrapartida o conceito do projeto arquitetônico terá foco na horizontalidade, sendo mais relevante os afastamentos indicados e taxa de ocupação do terreno.

Para a segurança e melhor uso da instituição pela população, a edificação será projetada em conformidade com a Norma de Acessibilidade estabelecida pela NBR 9050:2015 e o Decreto de Incêndio nº 44.746 de 2008 e a Lei Estadual 14.130 de 2001.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os preceitos apresentados aqui, compõem os subsídios mínimos para o desenvolvimento inicial do projeto arquitetônico de um Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência em Muriaé – MG, como resposta a crescente demanda de denúncias de mulheres em situação de violência no município e ausência de um equipamento para o atendimento específico e humanizado.

Com a intenção de propor esse espaço, os dados levantados referentes ao CRAM resultaram em uma tabela de ambientes indicados e um fluxograma de atendimento, que serão partido para a concepção e distribuição dos espaços. A relevância do projeto foi ratificada com a análise dos inquéritos abertos junto a Delegacia da Mulher em Muriaé, que mostrou a necessidade do atendimento específico. Com finalidade de um espaço humanizado, foram apontados os temas de ergonomia, acessibilidade e ainda a conceituação de quilombo, também utilizada como referencial para o fortalecimento das relações entre usuárias e servidores.

A fim de perceber o objeto enquanto edificação e o avaliar os resultados de determinadas escolhas projetuais, foram realizados estudos de caso em diferentes contextos, que apresentaram de maneira oportuna sobre a necessidade de uma construção característica ao uso; sobre as questões de mobilidade, sustentabilidade energética e construção econômica; a relevância do uso de materiais locais como resposta à individualidade de determinada região; e, por fim, sobre o uso da tecnologia como estratégia de conforto ambiental.

O desenvolvimento desta pesquisa se deu com a certeza de que todos os indivíduos são judicialmente iguais e perante isso é intolerável que as taxas de homicídios de mulheres sejam tão proeminentes, ainda mais quando se diz sobre a mulher negra. Como resposta fica estabelecido que em continuidade a esta pesquisa será proposto um espaço que trabalhe a favor da redução das desigualdades e assistência à reafirmação da identidade da mulher.

## 6 REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Mirian. et al. Subnotificação e invisibilidade da violência contra a mulher. **Revista Médica de Minas Gerais**, Belo Horizonte, n. 26, 2016.

ANTUNES, Flávia Corrêa Borges. Efeitos da vegetação no conforto ambiental interno em edifícios corporativos. **Universidade Federal de Viçosa-Programa de Pós-Graduação em Ciência Florestal**. Viçosa, 2003.

ARCOVERDE; ACAYABA. **Crimes sexuais aumentam 14% no 1º trimestre no estado de São Paulo**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/06/crimes-sexuais-aumentam-14percent-no-1o-trimestre-no-estado-de-sao-paulo.ghtml>>. Acesso em 6 mai. 19.

BRANT, Julia. **Centro Médico Psicopedagógico / Comas-Pont arquitectos**. 2017. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/878967/centro-medico-psicopedagogico-comas-pont-arquitectos>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

BRASIL, Governo Federal. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres Presidência da República. **Norma Técnica de Uniformização: Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência**. 2006.

BRASIL. Convenção Interamericana de 9 de jun. de 1994. **Convenção de Belém do Pará**: Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, 1994. Disponível em: <<http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

BRASIL. Decreto n. 163, de 8 de ago. de 2006. **Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<https://dre.pt/application/conteudo/538624>>. Acesso em: 19 mai. 2019.

BRASIL. Decreto n. 9.673, de 2 de jan. de 2019. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/aceso-a-informacao/DECRETON9673.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2019.

Brasil. Lei n. 11.340, de 7 de ago. de 2006. **Lei Maria da Penha**, Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**, Brasília, DF, 2010.

BRITTO, Fernanda. **Casa-Estúdio Sabinos / Juan Carlos Loyo Arquitectura**. 2012. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-71451/casa-estudio-sabinos-juan-carlos-loyo-arquitectura>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

CAMPOS, C. **Em Macapá, Cram comemora cinco anos de atividade com ação social**. Disponível em <<http://macapa.ap.gov.br/1194-em-macapá,-cram-comemora-cinco-anos-de-atividade-com-ação-social>>. Acesso em: 16 mar. 2019

CAVALCANTE, Morgana. A arquitetura “globalizada” face a diluição da identidade cultural do espaço construído - estudo de caso - o bairro de ponta verde. **Maceió-AL: Universidade Federal de Alagoas**, 2001.

CONTI, Thomas. **Os Conceitos de Violência Direta, Estrutural e Cultural**. Disponível em: <<http://thomasvconti.com.br/tag/johan-galtung/>>. Acesso em: 3 mar. 2019.

CORBELLA, Oscar; YANNAS, Simos. Em busca de uma arquitetura sustentável para os trópicos: conforto ambiental. rev. e ampl. **Rio de Janeiro: Revan**, 2009.

FINESTRA. **Arquitetura Bioclimática: Conforto Ambiental Na Rede SARAH**. 2011. Disponível em: <<https://www.arcoweb.com.br/finestra/tecnologia/ecoeficiencia---arquitetura-bioclimatica>>. Acesso em: 24 fev. 2019

IBGE. **Censo Demográfico**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Muriaé, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/muriae/panorama>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

IBGE. **Censo Demográfico**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Macapá, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/macapa/panorama>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

INSTITUIÇÃO. In: DICIONÁRIO online: **MICHAELIS**, 2019. Disponível em: <  
<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/instituicao>>. Acesso em: 8 mar. 2019.

NBR, ABNT 15.220-3: Desempenho térmico de edificações Parte 3 - Zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social. **Associação Brasileiras de Normas Técnicas**, Rio de Janeiro, 2003.

NBR, ABNT 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. **Associação Brasileiras de Normas Técnicas**, Rio de Janeiro, 2004.

ONU. **17 Objetivos para transformar nosso mundo**, 2016. Disponível em: <  
<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

PEREIRA, Vanina. A Herança da Arquitetura Africana nas Comunidades Quilombolas. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, SP, 2011.

PIMENTA, Ana Isabel; OLIVEIRA, Beatriz; CAMPOS, Joana; NETO, Maria e RAFAELA, Pereira. Conceito de conforto térmico humano. **Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto**, 2015.

PLATAFORMA AGENDA 2030. **Objetivo5**: Igualdade de Gênero. Disponível em: <  
<http://www.agenda2030.org.br/ods/5/>>. Acesso em: 7 abr. 2019.

PRIZIBELA, Silvio; OLIVEIRA, Roberto. **Aplicação de princípios de sustentabilidade em empreendimentos de grande porte**: posicionamento dos arquitetos. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2011.

QUILOMBO. In: DICIONÁRIO online: **MICHAELIS**, 2019. Disponível em: <  
<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=quilombo>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

REPÓRTER UNESP. **Sequelas da Violência da História da Humanidade**, 2014. Disponível em: <<http://reporterunesp.jor.br/2014/05/02/sequelas-da-violencia/>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

RORIZ, Maurício. ANTAC: Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído. **Classificação de Climas no Brasil**. V.2. São Carlos, SP, 2013.

SANTOS, J. **Sequelas da violência na história da humanidade**. 2014. Repórter Unesp. Disponível em: <<http://reporterunesp.jor.br/2014/05/02/sequelas-da-violencia/>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Presidência da República. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/rede-deenfrentamento/view>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

SIENGE. **Acessibilidade na construção civil**: Obras adaptadas do início ao fim. Disponível em: <<https://bit.ly/2VDraxw>>. Acesso em: 17 mai. 2019.

SOMMER, Michele. Kraal: no DNA das cidades brasileiras? Metodologias para apreensão espacial da territorialidade negra urbana em áreas remanescentes de quilombos. **Anais do XI Encontro Nacional da Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional-ANPUR**, Salvador, 2005.

Vasconcelos, Renata. **Humanização de ambientes hospitalares**:

VASCONCELOS, Renata. **Humanização de Ambientes Hospitalares**: Características arquitetônicas responsáveis pela integração interior/exterior. 2004. 177 p. Dissertação (Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

VIANA, Rejane. **A humanização no atendimento**: Construindo uma nova cultura. Dissertação (mestrado). Escola Nacional de Saúde Pública-Fiocruz, Brasília, DF, 2004.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. Flacso Brasil, 2015. Disponível em: <

[https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf). Acesso em: 19 mai. 2019.

WEATHER SPARK. **Condições meteorológicas médias de Muriaé**. Disponível em: <<https://pt.weatherspark.com/y/30671/Clima-característico-em-Muriaé-Brasil-durante-0-ano#Sections-Wind>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

WEIMER, Gunter. Inter-relações arquitetônicas Brasil-África. **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.